

A INDÚSTRIA NO PENSAMENTO ECONÓMICO O CASO PORTUGUÊS

ANTÓNIO ALMODOVAR E MARIA DE FÁTIMA BRANDÃO

(Faculdade de Economia da U. do Porto)

1. O conceito de indústria é polissémico e extremamente importante para a economia política oitocentista, pois no limite representa não apenas uma «porta de entrada» privilegiada para praticamente toda a matéria da economia política (divisão do trabalho, troca, produção), mas também para muitas outras formas de reflexão sobre a nova sociedade industrial – *i.e.* a sociedade moderna do século passado.

Durante todo o século dezanove, convivem duas noções básicas de indústria. Por um lado, temos a indústria como sinónimo de engenho humano, que pode ter uma conotação positiva quando posta ao serviço da sociedade, ou uma conotação negativa (cavalheiro de indústria) quando posta ao serviço de interesses pessoais ilegítimos. Neste último caso indústria é sinónimo de expediente, de artimanha. Noutros contextos, esta noção de indústria como engenho ou faculdade avança no sentido de se confundir com a própria noção de trabalho humano, melhor ou pior iluminado pelas faculdades técnicas e científicas da razão (*cf.* Silva Lisboa, 1992, II:164-68 e Marreca, 1983, I:81-103).

Por outro, aparece-nos a indústria como nova forma de organização da actividade produtiva, directamente associada à utilização de máquinas, grande escala produtiva, e novas técnicas de organização empresarial¹. Neste sentido, a indústria aponta para um novo tipo de vida (urbano) e de sociedade (a sociedade industrial), aponta para a realidade «moderna» do capitalismo e do mercado enquanto formas abrangentes de organização societária. Enquanto tal, é esta mesma noção de indústria que enfrenta vários tipos de contestação ao longo de todo o século dezanove, desde a agressividade manifestada por um mundo baseado no artesanato e corporativamente organizado que procura resistir por todos os meios à concorrência fabril, até ao fogo de barragem político e social que na segunda metade do século se avoluma com o agravar da questão social – expressa nas dúvidas sobre a legitimidade moral da desigualdade na partilha dos rendimentos e outros benefícios do progresso entre capitalistas, empresários e proletários, ou mesmo na própria desigualdade de condições para desenvolver a «indústria» pessoal (acesso ao crédito). Por outro lado é também a indústria que está em causa no combate à fábrica e à máquina (greve, desemprego, exploração), ou no apontar de um «novo feudalismo» nas relações industriais (não esquecer o romantismo, não esquecer as críticas à desumanização da vida económica). Neste sentido, a indústria aponta para um novo (e ameaçante) tipo de vida que aparentemente nasce das fábricas e se espalha, gradualmente, pela sociedade como um todo, destruindo estilos e tradições multisseculares².

A reflexão decorrente das várias formas de inquietude relativas à indústria nacional e ao seu devir não foi feita de uma forma ensimesmada. Para recuar ao exemplo tradicional do «industrialismo» português, podemos dizer que Sancho

de Moncada, Colbert e Botero colaboram em 1675 com Duarte Ribeiro de Macedo na sua argumentação sobre as vantagens a esperar da introdução das artes em Portugal. Da mesma forma, podemos encontrar a experiência prática e a reflexão inglesa a acompanhar o Marquês de Pombal, Smith a dialogar com Rodrigo de Sousa Coutinho e Silva Lisboa, Say a apoiar o industrialismo de José Acúrsio das Neves, bem como uma longa plêiade de alemães (desde os cameralistas como Bielfeld e Justi até aos socialistas de cátedra como Schmoller, passando pelos autores de transição como Rau) a pautar as linhas mestras da reflexão académica coimbrã sobre a indústria e a economia política³.

Esta abertura crítica ao que se pensa e faz «lá fora», esta atenção quase permanente em olhar para o exterior, é mantida não apenas no sentido de se acompanhar as ideias lá produzidas, mas também no de tentar perceber o próprio devir histórico – tentando acelerar a sua chegada entre nós, quando o apreciamos, ou tentando impedir ou pelo menos atrasar a sua realização, quando o reputamos de indesejável.

Dá que a tradição existente no pensamento económico português seja de uma significativa abertura a todos os quadrantes da reflexão estrangeira por parte das nossas elites pensantes (académicos, publicistas, governantes, inclusivamente os representantes dos próprios interesses económicos⁴), muito embora exista quase sempre uma clara preocupação no sentido de ajustar a doutrina recebida do estrangeiro à realidade e aos interesses nacionais.

Esta questão das fontes do pensamento económico português – seria preferível dizer fontes da cultura económica portuguesa para abranger outro tipo de escritos e leituras, outros tipos de influências como as «puramente» literárias – aguarda ainda um estudo mais desenvolvido e tipificado que permita perceber as influências recebidas através de canais tão diversificados como os manuais, a literatura, o pensamento social e filosófico, ou mesmo o próprio pensamento político, cruzando os estudos parcelares que têm sido feitos ao nível dos vários ramos da cultura (ciências, literatura) no sentido de identificar as formas de consonância e de atrito entre modalidades de representação intelectual de certos temas – como o caso vertente da «indústria»⁵.

Na ausência desse estudo, o trabalho que se segue deve ser entendido como uma primeira tentativa de aproveitar os materiais e as pistas de leitura parcelares que de momento existem.

2. Telmo dos Santos Verdelho (1981: 184-86), por exemplo, chama-nos a atenção para o facto de que no plano discursivo e panfletário, a Revolução de 1820 se pauta por um «promocionismo revolucionário» em que se destacam os vocábulos «promover, melhorar, iluminar, ressurgir, premiar, reanimar, libertar», e onde uma das influências da economia política acaba por ser a elaboração de um programa de reforma que nas suas análises «substitui as classes do clero, nobreza e povo, as tradicionais “classes sociais”, pelas novas “classes económicas”: as “classes produtivas” e as “classes consumidoras”; as “classes privilegiadas” e as “classes industriais” ou “classe laboriosa”». Este mesmo autor refere igualmente que é nesta altura que se começa a processar a separação discursiva entre o artesanato e a indústria – entre as “classes inferiores” ou “classes manufaturas” e os “agricultores, comerciantes e industriais”. Esta ideia parece ser confirmada pelos estudos de Míriam Halpern Pereira relativos aos conflitos

no meio industrial entre artesãos e industriais. Num dos seus últimos trabalhos sobre esta questão, refere-se a existência de

«dois grandes grupos: o artesanato e o mundo fabril. O primeiro engloba os artesãos que trabalham nas oficinas-loja, homens que vendem aquilo que fabricam. Distinguem-se duas categorias sociais diferentes neste grupo: mestres e oficiais, inserindo-se os aprendizes nesta última categoria (...) O mundo fabril decompõe-se em duas classes claramente hierarquizadas: os fabricantes e os oficiais de fábrica. A coexistência no interior da unidade de trabalho não se traduz em interesses comuns⁶ (...) As manufacturas nacionais constituem um subgrupo dentro do mundo fabril: sobrevivência do Antigo Regime, foram um problema difícil de resolver» (Pereira, 1991, II:363).

Para além disto, salienta a autora que «livre-câmbio, estrutura corporativa e apoio à indústria eram questões que se inseriam num vasto debate sobre política económica nas vésperas da primeira revolução liberal (...) Agrarismo e industrialismo eram posições que se haviam começado a afirmar no século XVIII», e que começavam a clarificar-se no início do século XIX (cf., *id.*, 358). Nomeadamente, através do Alvará de 28 de Abril de 1809, onde se contrapunha «pela primeira vez um sistema de privilégios da burguesia fabril ao sistema de privilégios corporativos», optando-se por favorecer os interesses do «conjunto dos industriais», em ordem a garantir «o progresso tecnológico (...) a mecanização da indústria» (*id.*, 357).

No entanto, convém não esquecer que, conforme aliás Míriam Halpern Pereira tem ocasião de referir, a tendência claramente verificável em 1820 no sentido de favorecer a indústria moderna face ao artesanato e às corporações, vem no seguimento do que já acontecia desde o consulado do Marquês de Pombal, não sendo sequer posta em causa durante o interregno Miguelista. Trata-se assim de um conflito de longa duração, que se prolonga muito para além da charneira entre o século dezoito e o dezanove, pois apesar da ausência de qualquer apoio político expresso, o facto é que o artesanato consegue manter-se devido «ao condicionamento global que desacelerou a extensão das relações capitalistas na indústria» (cf. Pereira, 1991, II:381). Este condicionamento, partindo de uma realidade financeira do país extremamente débil, que impede a concessão de privilégios e subsídios, ou a simples isenção de direitos, é reforçado pelo tratado de 1810, que sanciona uma significativa dependência política externa. Tal permite que se agravem quer os conflitos entre os interesses da burguesia fabril e da agrária (nomeadamente no respeitante ao estabelecimento dos preços agrícolas e à gestão das proibições de exportação ou importação), quer os conflitos de interesses entre a burguesia fabril e a burguesia comercial, nomeadamente no sector de exportações vitícolas. Uma situação deste teor, marcada pela ausência de um verdadeiro mercado interno que articulasse e hierarquizasse os interesses dos vários tipos de produtores e os dos consumidores, facilitou sobremaneira a invasão dos vários mercados pelos produtos estrangeiros, retirando à moderna indústria nacional um importante argumento para fundar a sua supremacia sobre o artesanato.

Mais ainda: a permanência excessivamente longa da convivência entre um sector arcaico agonizante (o artesanato) e um sector teoricamente moderno e

regenerador (a fábrica), que na prática não conseguia inverter o estado de coisas seja no plano interno seja no internacional, condicionou a tal ponto a perspectiva portuguesa face ao mercado e ao capitalismo que, mesmo nas primeiras décadas do século vinte foi de fácil aceitação o ideário anti-capitalista de Salazar, expresso no plano da desconfiança face à grande finança internacional, do temor face à agitação operária decorrente da industrialização e urbanização do país, e do próprio desconforto face ao funcionamento do mercado.

Este quadro, marcado por uma transição lentamente dolorosa entre um passado que já se não queria e um futuro que tardava a concretizar-se, criou as condições para que, nas palavras inspiradas de Augusto Santos Silva, se vivesse em finais do século XIX numa situação em que era difícil determinar se Portugal sofria já «dos males do capitalismo», ou se pelo contrário sofria ainda de um «incumprimento de capitalismo» (Silva, 1997:50). Não é por isso de espantar que ao longo de todo o século dezanove, apesar de momentos esporádicos e fugazes em que parecia prevalecer uma orientação claramente definida de política económica, tenham convivido perspectivas de diagnóstico sobre os males nacionais muito diferentes, incorporando visões bastante díspares sobre o problema da indústria nacional⁷.

3. No dealbar do século, ainda no contexto de um Antigo Regime que procura adiar a sua inoperacionalidade, temos as discussões e os conflitos entre estruturas institucionais (o Conselho da Fazenda e a Junta do Comércio) relativamente à distribuição de incentivos e privilégios entre um artesanato corporativamente entrincheirado e um mundo fabril ainda francamente insipiente. E, paralelamente, temos a novidade (praticamente única na história do nosso pensamento económico) de uma acesa discussão em torno das semelhanças e diferenças entre Adam Smith e os fisiocratas. Silva Lisboa e Rodrigues de Brito terçam publicamente argumentos que, para além de permitirem outros tipos de leitura, nos indiciam a consciência de que importa pensar e orientar a indústria – neste caso, enquanto a actividade produtora de riqueza – nacional. No plano da concepção da indústria, há uma aceitação genérica de que se trata do «trabalho, e exercício dos talentos do homem» (Brito, 1992:68), discordando os dois autores⁸ somente na forma como tal factor deve ser gerido pelo Estado. A este nível, a diferença que os separa é nítida, subscrevendo Rodrigues de Brito uma postura interventiva, apoiada na ideia de que tudo depende da visão do legislador – e que praticamente tudo lhe é possível fazer –, enquanto que Silva Lisboa acredita nos efeitos de uma liberdade e responsabilidade individual devidamente vigiada (premiada e punida) por um Estado meramente tutelar. E, para além disso, Rodrigues de Brito não tem dúvidas de que há uma imperiosa necessidade de favorecer a indústria agrícola, «cuja prosperidade se demonstrou assaz dever ser o primário fim dos governos» (1992:6), enquanto que Silva Lisboa apela a uma protecção indiscriminada a todos os tipos de indústria útil, «sem acepção de pessoas, não obstando a qualquer honesto trabalho e emprego de fundo», assim garantindo «que se faça o devido trabalho, particular e público, com o mais livre, extenso, e lucrativo emprego possível das pessoas e capitais, em maneira que jamais falte ocupação honesta a quem oferecer serviço» (cf. 1993, I: 31, 34).

Com esta discussão pública, ficaram genericamente balizados os extremos da acção política do Estado no campo da indústria em sentido lato – a saber, o estabelecimento de um qualquer tipo de preferência e concomitante apoio extraordinário a um determinado ramo de actividade, ou, do outro lado, a pura e simples

abstenção de ir mais longe do que a criação de um enquadramento favorável ao natural desenvolvimento da actividade económica. Vista nestes termos básicos e simplificados, pode-se dizer que a política económica do estado português ao longo de todo o século dezanove se limitou a oscilar entre formas variadas de um protecçãoismo que ia sucessivamente respondendo aos apelos e às pressões dos interesses agrários, comerciais, e fabris, aproximando-se apenas esporadicamente do ideal mais neutro e liberal que tinha sido defendido por José da Silva Lisboa⁹. As novidades mais interessantes encontram-se assim fundamentalmente na evolução da forma como se discute entre nós a indústria fabril, ou, mais genericamente ainda, na análise dos termos em que evolui o debate sobre a viabilidade e o interesse que se poderia retirar do estabelecimento de uma indústria fabril «moderna» em Portugal.

Na sequência imediata das invasões francesas, o governo sediado no Brasil emite indicações programáticas contraditórias através de sucessivos actos legislativos. Por um lado, abre os portos do Brasil ao comércio inglês, levanta a proibição aí existente de estabelecimento de manufacturas, e aconselha Portugal a utilizar os seus escassos capitais no fomento da agricultura; de outra banda, cria as condições mínimas para o fomento da indústria fabril, através do Alvará de 28 de Abril de 1809, nomeadamente ao estabelecer não apenas o privilégio de novo invento como estímulo à inovação técnica e de processos de fabrico, mas também a possibilidade de se obterem em alguns casos isenções fiscais, seja na aquisição de matérias-primas, seja nas exportações de produtos acabados.

No contexto desta indefinição, importa registar a actividade desenvolvida por José Acúrsio das Neves. Deputado e secretário da Junta do Comércio, trata-se indiscutivelmente da voz pública que neste período mais consistentemente se identificou com a defesa da indústria nacional e com a apologia aberta da utilização de novas tecnologias, muito particularmente da máquina a vapor. De facto, muito embora partindo da noção lata de indústria que encontrámos nos autores anteriormente referidos, Acúrsio das Neves acaba por protagonizar uma significativa evolução conceptual, uma vez que acaba defendendo não apenas a urgência de relançar o nosso depauperado sector manufactureiro, mas também a incontornável necessidade de o modernizar a todo o custo no sentido da maquinofactura¹⁰.

4. Os textos produzidos na sequência da Revolução de 1820 demonstram claramente que a visão de Acúrsio das Neves era, senão isolada, pelo menos claramente minoritária¹¹. Logo no Relatório lido aos deputados, nas sessões de 3 e 5 de Fevereiro de 1821, por Manuel Fernandes Tomás é lançado o mote de uma abordagem que irá recolher significativas adesões: «talvez em boa economia seja fácil demonstrar que o estabelecimento de certas fábricas entre nós é antes um mal do que um bem, e muito mais enquanto não possuímos estas máquinas que tanto facilitam o adiantamento do trabalho» (Tomás, 1974: 64). Henriques Nunes Cardoso, um dos membros da *Comissão para o melhoramento do Comércio* da cidade de Lisboa, indica-nos claramente o ponto da situação ao afirmar:

«E será necessário advogar a causa da indústria nacional? Eis uma pergunta que à primeira vista parece ociosa; entretanto ainda que de cara a cara ninguém se atreva a querer persuadir que ela é prejudicial, não falta quem estabeleça princípios que aparentemente favoreçam a negativa» (Cardoso, 1822:5).

Tal seria o caso dos princípios que apontavam para os interesses dos consumidores, alegadamente prejudicados por uma indústria mais cara e de pior qualidade, por vezes até incapaz de suprir o mercado interno; dos que justificavam a preferência que deveria ser dada entre nós à indústria agrícola, enquanto actividade básica, imprescindível, e mais ajustada às nossas reais possibilidades; dos que salientavam os inoportáveis prejuízos que causavam à fazenda pública as múltiplas e constantes isenções que eram reclamadas pelos fabricantes; dos que apontavam acusadamente para a falta dos braços que a indústria retirava dos campos já de si depauperados; dos que destacavam a inexistência de matérias-primas nacionais para muitas dessas fábricas; e, finalmente, dos que advertiam para a possível criação de ciúmes «dos nossos irmãos da América, mais atrasados que nós em manufacturas» (Cardoso, 1822:6).

Mas as acusações à nossa indústria manufactureira não ficavam por aqui. Ainda durante o período que vimos analisando, a Comissão de Comércio de Lisboa, apesar de subscrever uma postura genericamente favorável às pretensões proteccionistas dos nossos fabricantes, alertava mesmo assim para a necessidade de se criarem sociedades promotoras da indústria nacional, e, mais importante ainda, para a «absoluta necessidade» de se estabelecerem «escolas elementares de química e mecânica, por não haver manufactura alguma que não precise, ou mais ou menos desses conhecimentos» (*Memória...*, 33).

Ou seja, mesmo os que publicamente não punham em causa a necessidade de Portugal possuir a sua própria indústria fabril tinham dúvidas sobre a viabilidade de uma retoma industrial unicamente baseada numa política de reconstrução em moldes tradicionais – isto é, baseada apenas na defesa do mercado interno face à concorrência inglesa. Embora com gradações importantes, quer a Comissão de Lisboa, quer a sua homóloga do Porto, defendem a necessidade de investir na preparação profissional dos agentes económicos, vendo-a como uma condição importante para o estabelecimento da nossa competitividade internacional. É isso que transparece nos respectivos relatórios, quando solicitam que se definam «os requisitos que devem constituir um comerciante [e] a devida habilitação dos guarda-livros e caixeiros», ou «se estabelecem escolas de fiação de seda, onde as fiandeiras pratiquem antes de assentarem roda» (*Resultados...*, 3, 45), quando declaram que «o fabricante e artista ignorantes jamais se afastarão da rotina, e nunca darão às suas obras nem a elegância, nem a perfeição, que exigem a delicadeza do gosto e o desenvolvimento do espírito» (*Memória...*, 33).

Por paradoxal que possa parecer, esta questão do ensino – ou da ignorância que o tornava necessário – constitui-se num argumento de peso contra a existência das fábricas ou contra as tentativas “prematuras” de as desenvolver entre nós, reforçando as conclusões retiradas da aplicação a Portugal do teorema das vantagens comparadas no plano das dotações em factores naturais. Uma vez abandonado o antigo credo da genialidade congénita do povo português, e sendo agora colocada a necessidade de um investimento considerável em tempo e recursos para promover a sua educação “mercantil”, tornava-se mais fácil concluir pela prioridade de uma actuação na agricultura, relegando o combate à rotina nas fábricas para ocasião mais oportuna¹².

Na ausência de informações seguras que nos possam orientar neste campo, podemos apenas procurar intuir algumas das consequências dos baixos níveis de instrução e formação técnica que perduram bem para além do século XIX¹³. As dificuldades são sensíveis no tocante a qualquer projecto de mudança que implique uma adesão generalizada a técnicas e métodos de trabalho não apenas diferentes mas mais exigentes de um ponto de vista das relações mercantis que lhe

são conexas: produzir em «grande» escala, seja na agricultura, seja nas manufacturas, para um mercado que necessariamente irá ultrapassar o nível local ou mesmo regional, possui uma lógica e coloca exigências (compreensão dos mercados, previsão dos ritmos e volumes de produção, fidelização da procura, a própria contabilização de custos e proveitos, a gestão da mão-de-obra empregue) que se não compadecem com uma actuação rotineira, em pequena escala, baseada em práticas e tradições herdadas.

Este obstáculo, já de si considerável, pode tornar-se ainda mais poderoso no caso em que as próprias elites se mostrem avessas ou mesmo simplesmente negligentes a seu respeito. Já vimos o comentário acerbo que Borges Carneiro produziu face aos desígnios de promover a educação dos agricultores. No campo da indústria fabril, não se pode dizer que o panorama fosse significativamente melhor.

Se deitarmos os olhos ao que os comerciantes da praça do Porto têm a dizer a respeito das manufacturas, ficamos a saber que em sua opinião,

«o género, tecido dentro de um grande edifício ou de uma barraca, é igual: uma família inteira se ocupa muitas vezes nos diversos aviamentos de um tear. O manufactureiro é um cidadão; e, em uma palavra, seja lícito repeti-lo, Portugal todo é uma continuada fábrica» (Resultados..., 36).

Poder-se-á dizer que se trata apenas de uma opinião, eventualmente enviesada pelos interesses corporativos; mas que dizer então do que é expresso no *Dicionário Jurídico-Commercial*, ou mesmo nas próprias *Instituições de Economia Política* de José Ferreira Borges, onde se revela igualmente improfícua qualquer tentativa de encontrar uma distinção clara entre uma mera oficina e uma manufactura «em grande» — já para não falar de uma noção razoavelmente autonomizada de «fábrica»?¹⁴ A resposta a esta pergunta parece ser dada pelo próprio autor quando declara, relativamente a Portugal e ao Brasil, que «nenhum destes dois países saiu ainda da primeira época da divisão do trabalho: a subdivisão é-lhes absolutamente desconhecida ainda» (Borges, 1995:144). Se procurarmos decifrar esta afirmação, ficamos a saber que o que estava em causa era a subdivisão das classes genéricas — constituídas por cultivadores, manufactores e comerciantes — em «muitos mesteres, que ainda são susceptíveis de muitas novas subdivisões» (*id.*, 191-192). Face a um diagnóstico deste calibre, acaba por ser perfeitamente compreensível a sugestão feita pelo autor aos seus leitores, para que reflectam bem sobre o «conselho» de McCulloch, no sentido da especialização de Portugal na produção de vinho, em virtude da superioridade manifesta das manufacturas de panos inglesas, apoiadas na superior qualidade da matéria-prima, na abundância de carvão, e nos «hábeis operários (...) máquinas, e toda a casta de instrumentos e meios de indústria manufactora» (*cf. id.*, 195, n.º 26). Para Ferreira Borges, como para muitos outros portugueses, era perfeitamente descabido (eram só vaidades, como diria Borges Carneiro) pensar que o desenvolvimento português se pudesse ancorar e decorrer de uma aposta no aperfeiçoamento da indústria fabril de que dispúnhamos na época.

5. Convém não esquecer que estes últimos textos, muito embora da autoria de um dos símbolos do vintismo, já são publicados depois da vitória dos liberais sobre a reacção absolutista, num período onde se começam gradualmente a destacar outros pensadores e outras perspectivas.

De acordo com a linha de análise que gostaríamos de prosseguir, tornar-se-ia fundamental cruzar as análises efectuadas pelos economistas consagrados deste período – Oliveira Marreca e Adrião Forjaz de Sampaio, mas também Agostinho Albano da Silveira Pinto, José Frederico Laranjo, e J. J. Rodrigues de Freitas – com o pensamento de grandes vultos da cultura portuguesa da segunda metade de oitocentos – como Garret, Herculano, ou Oliveira Martins – sem no entanto esquecer o contributo dado pelo panfletarismo militante de homens como António Pereira Magalhães.

Deixando, no entanto, para melhor oportunidade tal cruzamento de perspectivas, e ficando-nos para já pelos economistas, nada melhor do que começarmos pela obra institucional e estruturante de Adrião Forjaz de Sampaio. Docente de economia política no curso de Leis da Universidade de Coimbra durante cerca de quarenta anos, o seu magistério marcou de forma indelével a imagem oficial que a ciência económica adquiriu junto de várias gerações de estudantes. Se acompanharmos, ainda que sumariamente, a evolução das suas lições, verificamos que na edição de 1853 se articula já a noção tradicional de indústria, a qual consiste «na aplicação de nossas faculdades naturais e adquiridas, inseparavelmente unidas connosco, nossa primeira e inalienável riqueza, que precede todas as outras» (cf. Sampaio, 1995, I:168), com uma noção mais especificada. Partindo da tradicional divisão entre indústria primária, fabril e comercial, salienta-se na noção mais especificada o processo de diferenciação em curso na indústria fabril:

«Costumam porém, distinguir-se as manufacturas, nas quais se trabalha em ponto grande, das artes e ofícios, nos quais ou a indústria se exerce em ponto consideravelmente menor, e com inferiores meios, apropriados à pequenez do capital e das forças individuais, ou se dá aos produtos das fábricas a última demão» (id., 170).

De igual modo, outras características normalmente associadas ao conceito «moderno» de indústria, nomeadamente as máquinas ou a educação – «moral, religiosa, civil, literária elementar, e profissional» (id., 189) –, têm agora direito a ver a sua influência reconhecida no plano do «aperfeiçoamento da produção», constituindo-se em objectos de uma referência autonomizada. Nas considerações tecidas a propósito da educação, Adrião Forjaz de Sampaio começa por chamar a atenção para o contraste que então existiria entre as nações mais desenvolvidas e a Europa meridional, cujos povos «quase vegetam (...) e a custo seguem, de longe, com passos tardios, o impulso da indústria» (id., 190). Dá-nos, além disso, indicações relativamente à emergência gradual de uma nova forma de ver a indústria fabril, centrada não apenas nos progressos decorrentes da divisão do trabalho e do zelo e habilidade com que as tarefas são desempenhadas, mas também atenta aos efeitos benéficos que se podem esperar da adopção de estímulos pecuniários variáveis, característicos do trabalho por empreitada. Intimamente associada a esta questão, deparamos com uma figura central, o empresário, cuja actividade é, em sua opinião, determinante para o desenvolvimento (ou o atraso) da indústria:

«É mais sensível porventura nos empresários, do que nos operários, a falta absoluta, ou relativa, de zelo e actividade, tão necessária para bem estudar os princípios da arte, e os melhores

métodos de a pôr em obra, escolher as monções oportunas de comprar e de vender, e dirigir os operários de modo que não consumam, senão quanto baste, de tempo e materiais, e poupem, quanto seja possível, as ferramentas, máquinas, e demais partes do capital fixo» (ibid.).

De notar que a importância do empresário não releva apenas desta função de controle e previsão. De facto, Forjaz tem o cuidado de destacar o importante papel que o empresário desempenha ao promover o próprio desenvolvimento profissional e moral dos operários levando-os não apenas a aplicar-se mais às suas tarefas por intermédio de novos estímulos pecuniários – seja «dando-lhes não um jornal certo por um trabalho diário incerto, mas um quinhão na produção por um trabalho certo» (ibid.) e fazendo consequentemente depender «a grandeza da recompensa de seu zelo e habilidade, e da quantidade e qualidade da obra» (ibid.) – mas inclusivamente fomentando a sua propensão para o consumo, na certeza de que quanto maior «for a quantidade de necessidades, que experimentam os industriais, e o desejo, que a civilização neles tiver desenvolvido, de as suprir honesta e legitimamente, menor será a sua perguiza, e mais perfeita a sua obra» (id. 191).

Estas considerações só ganham pleno sentido quando enquadradas na análise dos contributos dados pelas máquinas ao progresso industrial. Neste domínio, e para além da questão do aperfeiçoamento das mercadorias e das capacidades produtivas em geral, aparece-nos uma referência à contestação de que são alvo «por seus resultados relativos à distribuição das riquezas, e desenvolvimento físico e moral dos operários», nomeadamente «porque o número dos miseráveis, e paupérie das classes laboriosas, vai crescendo de ponto nas mais opulentas e industriais nações da Europa, nas quais maior aplicação têm recebido os mesmos maquinismos» (Sampaio, 1995, I: 199). Este problema da contestação dirigida contra o uso generalizado das máquinas merece-lhe considerações adicionais, no quadro da análise das questões da Distribuição e da Política Económica.

Aqui, Forjaz descreve a evolução da remuneração do trabalho nos seguintes termos:

«Distribuição por associação, rateio final e puramente incerto, nenhuma estabilidade, e nenhuma ou insuficiente direcção dos esforços comuns; – eis a primeira fase da remuneração do operário, período necessariamente de miséria. Salário estipulado, certo, e independente do resultado da empresa, ficando os riscos a cargo tão somente do empresário; – unidade de direcção da empresa, estabilidade para os operários, incerteza tão somente para o empresário; – segunda fase da remuneração do operário, período de melhoramento, resultante de longas experiências, e de cálculos formados sobre as probabilidades das empresas; – estado todavia ainda muito precário, estabilidade mais aparente que real, pela incerteza de ter o operário ocupação continuada, e pela sujeição às moléstias e velhice, que não consentem o trabalho. Salário ainda estipulado, mas empreitadas frequentes; caixas económicas, e nelas um princípio de capitais para o operário; associações de

socorros mútuos, meio de subsídio para todas as crises da vida operária; – caixas de retiro para os velhos, emanção e desenvolvimento daquelas associações; eis – a imediata fase, e desejado período da evolução do salário, que tão somente há pouco, e em pequena escala, e não em todas as suas partes, principia a manifestar-se» (Sampaio, 1995, I:334-335).

Esta apreciação histórica permite-nos perceber que na opinião deste autor se havia verificado uma evolução globalmente positiva no plano da remuneração e dos incentivos do trabalho, com a gradual criação de um ambiente social onde novas e mais elevadas formas de pagamento se articulavam com uma melhor e mais prevenida organização dos próprios trabalhadores, minorando por essa via as dificuldades sentidas numa primeira fase de desenvolvimento da sociedade industrial.

Se recentrarmos este discurso no Portugal oitocentista de inícios da década de cinquenta – nesse país pertencente a numa Europa meridional que, como vimos, é por ele retratada como um espaço que *quase vegeta e a custo segue, de longe, com passos tardios, o impulso da indústria* – podemos constatar uma implicação adicional para as linhas que acima transcrevemos. Para além de fazerem um ponto da situação da evolução da ciência e prática económica à escala internacional, fornecem-nos os materiais necessários para desenvolver a reflexão e a intervenção sobre a nossa realidade nacional, numa perspectiva a vários títulos similar à que João de Andrade Corvo explicita praticamente na mesma altura:

«Os progressos feitos pelas nações onde a arte concorre poderosamente para o aumento da produção da Terra, não devem ser perdidos para as nações menos adiantadas: sem quererem transformar repentinamente os seus métodos de agricultura, o que seria impossível; sem quererem copiar os processos que foram adoptados em climas e situações diversas, o que seria absurdo, essas nações devem estudar as descobertas modernas e apropriá-las, modificá-las, aplicá-las ao seu solo, guiando-se pela Razão, esclarecendo-se pela experiência dirigida pela verdadeira ciência» (Corvo, 1857:2).

O que é aqui dito no plano aparentemente mais técnico da agronomia, é perfeitamente transponível para o campo da economia política e das suas relações com o desenvolvimento da indústria. Face ao conjunto de desenvolvimentos ocorridos com as revoluções europeias de 1848, e ao concomitante agravamento da questão social, Adrião Forjaz actualiza as suas reflexões e o seu ensino no sentido de nele incorporar a “sabedoria” adquirida nas nações mais desenvolvidas. Graças a essa atitude, ser-nos-ia possível tentar antecipar, no plano conceptual, um conjunto de estratégias destinadas a controlar (ou pelo menos minorar) os efeitos negativos que o desenvolvimento nos iria, a seu tempo, trazer. Esta atitude face aos custos e benefícios a esperar do desenvolvimento da indústria, e face à economia política enquanto uma peça fundamental de uma espécie de guião genérico do desenvolvimento civilizacional, não concitava no entanto uma adesão significativa por parte das elites nacionais da época.

Homens de indiscutível carisma como Garret, Herculano, ou mesmo o próprio Oliveira Martins, duvidavam seriamente da credibilidade e da completude dos valores (fundamentalmente vistos como utilitários ou mesmo “crematísticos”) em geral associados à ciência económica. Como refere Augusto Santos Silva¹⁵, lidamos agora com um conjunto de intelectuais que, por estarem preocupados com a formação de uma verdadeira civilização, com a construção de uma nova cultura onde as componentes estéticas e morais não fossem completamente subsumidas nos aspectos puramente materiais, acabaram quase todos por percorrer um trajecto que os afastou gradualmente do liberalismo – ou melhor, de um liberalismo cuja persistente incompletude cívica e económica não podia deixar de sugerir uma busca de alternativas.

Ao restante património de descontentamento – relativo a uma sociedade «oligárquica, que não cumpria os objectivos de modernização económica, transformação cultural, alargamento da cidadania, por que lutavam» (Silva, 1997:8) – acresce agora a rejeição da economia política visto enquanto saber incompleto e em larga medida inadequado para orientar a sempre adiada regeneração de Portugal. Daí duas consequências directas: por um lado, a denúncia de uma ciência que «fez da agiotagem elemento político, instituiu o sistema feudal dos capitalistas, condenou o espírito a servo da gleba, anulou a inteligência, a moral, a religião, e reduziu tudo neste mundo a cifras»¹⁶; por outro, a disponibilidade para trilhar os caminhos – desde os vários tipos de socialismo até à própria sociologia – que o pensamento europeu da época oferecia aos dissidentes da economia política.

Ora se essa ruptura se não verifica de uma forma clara no caso de muitos dos nossos economistas – que se limitam na maior parte dos casos a moderar o seu entusiasmo na capacidade global do ideário liberal, matizando-o com um maior ou menor grau de protecção (Marreca¹⁷) ou com a admissão de alguns paliativos sociais (o próprio Adrião Forjaz de Sampaio) – o certo é que a sensibilidade da generalidade da elite pensante portuguesa às questões económicas se desloca sensivelmente senão para o socialismo, pelo menos para um alinhamento com o conjunto de questões por este colocadas¹⁸.

Seja pela via mais directa de Proudhon, seja pela recuperação de formulações heterodoxas da economia política (desde a visão característica das correntes cristãs da economia política de um Alban de Villeneuve Bargemont ou de um François Droz, até ao sant-simonismo transformado de um Michel Chevalier), seja ainda pela releitura da filosofia krausista, multiplicam-se os sinais de um fundo cultural em ebulição. E a isto, convém não o esquecer, acresce obviamente o fermento republicano, ele próprio um cadinho de variadas influências doutrinárias¹⁹.

6. Na sequência destas transformações no plano cultural, surge então o impacto sobre a forma como a indústria é concebida e valorada. A indústria enquanto sinónimo de fábrica, de trabalho suavizado e multiplicado nos seus poderes pela mediação benfazeja da máquina e da tecnologia, de uma produção sempre crescente e eficaz graças à melhor organização (científica) do trabalho²⁰ e a um melhor controle de custos e processos, é agora relegada para um plano secundário, deixando as luzes da ribalta para uma noção de indústria mais identificada com a natureza social do homem, isto é, mais apostada no fomento e na valorização das qualidades do homem e no fortalecimentos dos laços de sociabilidade. A ideia de associação, tal como a de mutualidade, oferecem por isso

mesmo uma abordagem da vida económica totalmente diferente da que decorria do conceito de concorrência, permitindo que se continue a ver na expansão da riqueza uma parte importante do processo de gradual realização do próprio homem.

Ora no fundo, esta transformação corresponde a um retomar – apesar de devidamente actualizado para as condições da época – da noção de indústria mais generalizada dos inícios do século dezanove, quando esta se identificava prioritariamente com «o trabalho e exercício dos talentos do homem» (Brito, 1992: 68).

Agora, sem que no entanto houvesse uma necessidade de se renegar os progressos mecânicos e materiais entretanto alcançados, chamava-se a atenção para a necessidade imperiosa de se não esquecer o carácter auxiliar e acessório desses mesmos progressos, que deveriam funcionar como um meio de realização do homem, e nunca como um fim em si. Daí que paralelamente com as várias formas de associativismo, se verificasse um novo surto de apelos à instrução popular, entendida agora como um verdadeiro projecto de educação de massas para o devido usufruto das potencialidades materiais e morais que a civilização oitocentista podia oferecer.

Aqui, pode-se dizer que existia um consenso quase generalizado. Desde os socialistas mais extremados até aos poucos sobreviventes que restavam ao campo dos economistas liberais (como era o caso de J. J. Rodrigues de Freitas²¹), não havia dúvidas de que era necessário educar o país.

É claro que numa análise mais fina se podem detectar as divergências. Para uns, como Rodrigues de Freitas, a aposta na educação continuava a ter uma componente eminentemente técnica e mercantil, que assim poderia libertar o povo, dando-lhe a formação necessária para ascender à propriedade do seu próprio negócio. Para outros, como Adrião Forjaz de Sampaio, a educação seria uma fonte de um novo poder social, permitindo que os trabalhadores adquirissem as competências (técnicas e culturais) necessárias para reorganizarem o próprio modelo de organização social, alterando as relações de propriedade em vigor na esfera industrial pelo desenvolvimento das mais variadas formas de mutualismo e cooperativismo, ou inclusivamente reificando modelos de um corporativismo há muito ultrapassado.

Paralelamente, o combate pela sobrevivência da indústria nacional continuava. Incapaz no fundo de se autonomizar de forma consistente da protecção do Estado, os seus porta-vozes não foram minimamente intimidados pela emergência (em grande parte simbólica) da questão social e do socialismo. Pelo contrário, a agitação social pareceu até dar-lhes um novo alento, exacerbando a tónica de um nacionalismo que no fundo nunca a abandonou, aumentando inclusivamente ao longo da década de oitenta as suas reivindicações²².

O organicismo, bem como o «relativismo historicista e sociologista» e os «solidarismos de vária ordem», convergiram, conforme nos recorda Fernando Catroga para a fundamentação e a emergência de uma «concepção de sociedade definida como um sistema de interacção e de interdependência (...) alternativa à visão que a via como um composto e mera agregação de partes, ou a caracterizava como uma totalidade uniformizada» (Catroga 1991-b, II: 232). Esta via intermédia, enquanto linha estruturante do pensamento de uma época²³, enquanto proposta que se queria equidistante dos erros (liberais) do passado e dos exageros (socialistas) do presente, contribuiu poderosamente para a revalorização do tra-

balho nacional, e para a aceitação da ideia básica de que o seu fomento e protecção eram um dever patriótico.

Consequentemente, a defesa da «indústria e o trabalho nacional» – recorde-se que nesta expressão se englobavam uma vez mais todos os sectores onde o «trabalho e os talentos» dos portugueses se podiam concretizar – constituiu-se num dogma indiscutível; restava apenas à sociedade portuguesa de finais do século dezanove a possibilidade de debater a putativa efectividade das várias medidas concretas que eram sistematicamente solicitadas em seu abono.

É assim que vemos Augusto Fuschini (1887: 82) exclamar que «Sofre uma classe agrícola? É indispensável protegê-la; a questão está exactamente em descobrir estudar e aplicar medidas acertadas», Oliveira Martins (1954:121) acolher o socialismo catedrático alemão, afirmando que o «liberalismo português é réu do crime de ter abandonado a uma sorte miserável as indústrias históricas nacionais», e até mesmo Rodrigues de Freitas (1996: 212) acabar por exclamar que inclusivamente o próprio Adam Smith, se vivesse nos finais do século dezanove, possivelmente aceitaria um maior grau de intervenção estatal na defesa do desenvolvimento das indústrias nacionais.

Com o crepúsculo do século, encerrava-se igualmente a esperança numa recuperação rápida do País.

REFERÊNCIAS

- ACURSIO DAS NEVES, José, s/d – «Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas, Consideradas segundo os Princípios da Economia Política», «Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos seus Diferentes Ramos», *Obras Completas de Acúrsio das Neves*, Porto, Edições Afrontamento, vols. 3, 4.
- ALMODOVAR, António, 1997 – «A Equação da Vida Humana: A Economia Política de Rodrigues de Freitas», *Rodrigues de Freitas A Obra e os Contextos. Actas do Colóquio*, António Almodovar, Jorge Alves & Maria do Pilar Garcia (orgs.), Porto, Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BONIFACIO, Maria de Fátima, 1991 – *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa.
- BORGES, José Ferreira, 1995 – «Instituições de Economia Política» (1834) – *Sintelologia e Economia Política 1831-1834*, António L. Sousa Franco (dir.), Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa, Banco de Portugal, 125-355.
- BORGES, José Ferreira, 1839 – *Dicionário Jurídico-Comercial*, Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis, Lisboa.
- BRITO, José Joaquim Rodrigues de, 1992 – *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e Principalmente de Portugal 1803-1805*, José Esteves Pereira (dir.), Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa, Banco de Portugal.
- CABRAL DE MONCADA, 1937-1939 – «Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XIV, 1937-38, 105-46, 259-342, vol. XV, 1938-39, 25-117.
- CARDOSO, Henrique Nunes, 1822 – «Exposição em Favor da Indústria Fabril», *Memória dos Trabalhos da Comissão para o Melhoramento do Comércio nesta Cidade de Lisboa, Criada por Determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa de 28 de Agosto de 1821. Composta de 24 Elementos Eleitos por todos os Negociantes da mesma Praça*, Lisboa, Tipografia Rollandiana, anexo, 1-16.

- CATROGA, Fernando, 1991-a – «O Sociologismo Jurídico em Portugal e as suas Incidências Curriculares (1817-1911)», *Universidade(s) História Memória Perspectivas*, vol. I, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 399-411.
- CATROGA, Fernando, 1991-b – *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, vols. I e II.
- CATROGA, Fernando, 1977 – «Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu Significado Político-Social», *Revista de História das Ideias* n.º 1, 287-394.
- CORVO, João Andrade, 1857, *Relatório sobre a Exposição Universal de Paris*, Lisboa.
- Discursos Parlamentares dos Principais Oradores Portugueses das Constituintes de 1821. Discursos Parlamentares de Borges Carneiro, Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Garrett, José Estevão, Passos Manuel, etc.*, Porto, Tipografia de Alexandre da Fonseca Vasconcelos, vol. I.
- FORJAZ DE SAMPAIO, Adrião, 1995 – «Estudos de Economia Política» (1853), *Estudos e Elementos de Economia Política 1839-1874*, Alcino Pedrosa (dir.), Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa, Banco de Portugal, vol. I: 113-384.
- FUSCHINI, Augusto, 1887 – *Questões Económicas e Financeiras (Discursos Proferidos na Sessão Parlamentar de 1887 pelo Deputado A. Fuschini)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- JUSTINO, David, 1988 – «Fontismo: O Impossível Livre-Câmbio», *Revista de História Económica e Social* n.23, Maio-Agosto, 3-20.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1992 – «Política Económica em Portugal no Século XIX. Teoria e Prática», *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, José Luís Cardoso e António Almodovar (orgs.), Lisboa, CISEP, IX-XXXIX.
- MAGALHÃES, António da Silva Pereira, 1892 – *Os Intransigentes ou os Tratados*, Porto.
- MAGALHÃES, António da Silva Pereira, 1884 – *A Ciência Económica de Asneiros. Compilação de Vários Opúsculos*, Porto.
- MARRECA, António Oliveira, 1983 – «Noções Elementares de Economia Política» (1838), «Interesses Industriais», *Obra Económica de Oliveira Marreca*, Cecília Barreira (org.), Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Instituto Português de Ensino a Distância, vol. I, 67-197, vol. II: 37-158.
- Memória dos Trabalhos da Comissão para o Melhoramento do Comércio nesta Cidade de Lisboa, Criada por Determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa de 28 de Agosto de 1821. Composta de 24 Elementos Eleitos por todos os Negociantes da mesma Praça*, 1822, Lisboa, Tipografia Rollandiana.
- MEREIA, Paulo, 1952-1957 – «Esboço de uma História da Faculdade de Direito», *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXVIII, 1952, 99-180, vol. XXIX, 1953, 23-197, vol. XXX, 1954, 142-67, vol. XXXI, 1955, 72-95, vol. XXXIII, 1957, 331-334.
- OLIVEIRA MARTINS, 1954 – *Política e Economia Nacional*, Oliveira Martins Obras Completas, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores.
- PEREIRA, Míriam Halpern, 1992 – *Negociantes, Fabricantes, e Artesãos, Entre Velhas e Novas Instituições*, vols. I e II, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Resultados dos Trabalhos da Comissão do Comércio da Praça do Porto, Criada por Ordem das Cortes Constituintes de 28 de Agosto de 1821, acerca dos Estorvos que Dificultam o mesmo Comércio, e de Diversos Objectos sobre que foi Consultada*, 1823, Porto, Tipografia de Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos.
- REIS, Jaime, 1987 – «A Industrialização num País de Desenvolvimento Lento e Tardio: Portugal 1870-1913», *Análise Social*, vol. XXIII (96), 207-27.
- RODRIGUES DE FREITAS, J. J., 1996 – «Um Economista Português: António de Oliveira Marreca» (1889), *J. J. Rodrigues de Freitas Obras Económicas Escolhidas 1872-1889*, António Almodovar (org.), Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa, Banco de Portugal, 205-49.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, 1983 – *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Augusto Santos, 1997 – *Palavras para um País. Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, Oeiras, Celta Editora.
- SILVA LISBOA, José da, 1993 – «Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil» (1810), «Estudos do Bem-Comum e Economia Política, ou Ciência das Leis Naturais e Cíveis de Animar e Dirigir a Geral Indústria e Promover a Riqueza Nacional e Prosperidade do Estado» (1819), *José da Silva Lisboa. Escritos Económicos Escolhidos 1804-1820*, António Almodovar (dir.), Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Lisboa, Banco de Portugal, vol. I: 321-423, vol. II.
- TEIXEIRA, António M. Braz, 1983 – *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

- TOMAS, Manuel Fernandes, 1974 – *A Revolução de 1820*, José Tengarrinha (org.), Lisboa, Seara Nova.
- VERDELHO, Telmo dos Santos, 1981 – *As palavras e as Ideias na Revolução Liberal de 1820*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra.
- WREN, Daniel, 1994 – *The Evolution of Management Thought*, New York, John Wiley & Sons Inc.

NOTAS

01. Conotações estas que não impedem a consideração das oficinas enquanto pequenas fábricas, reconhecendo-se pelo menos em algumas delas o embrião de futuros empreendimentos bem sucedidos. Note-se que esta perspectiva se mantém em vigor nos dias de hoje.
02. No que respeita à análise deste problema, é fundamental a leitura dos ensaios de Augusto Santos Silva (1997:3-42) sobre as representações dos intelectuais oitocentistas relativamente aos rumos que Portugal devia idealmente prosseguir e ia efectivamente trilhando. O tipo de leitura aí efectuado permite-nos perceber melhor a potencial complexidade dos registos de leitura das transformações verificadas ao longo do século dezanove.
03. A função dos autores alemães foi extremamente importante do ponto de vista da sistematização das matérias, não impedindo naturalmente o recurso às ideias de todo um outro conjunto de autores franceses, ingleses e italianos (veja-se o exemplo de Forjaz de Sampaio, 1995, I:129-60).
04. Veja-se o caso de António da Silva Pereira Magalhães (1884: 65-108,159-65), bem como as referências feitas por Míriam Halpern Pereira à cultura industrial patenteada nas petições dirigidas às Cortes em 1820-21 (1992, II: 355-99).
05. Referimo-nos não apenas aos ensaios já citados de Augusto Santos Silva (1997), mas também, e sem preocupações de exaustividade, aos estudos de Fernando Catroga (1991-a, 1977), sobre o conjunto da ideologia republicana, aos trabalhos de Paulo Merêa (1952-1957), Cabral de Moncada (1937-1939), e António Braz Teixeira (1983), sobre história do ensino e da filosofia do direito, ou ainda ao de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1983) sobre os intelectuais portugueses da primeira metade do século passado.
06. Em princípio esta divergência ou mera diversidade de interesses nada tem a ver com o tipo de conflitos que mais tarde constituirá a questão social. Míriam Halpern Pereira salienta o facto de que, para os deputados, «a liberdade aparecia-lhes (...) como uma panaceia para os problemas sociais novos que o progresso havia criado à classe operária» (1991, II:395). Os problemas sociais novos surgem essencialmente sob a forma do desemprego de oficiais substituídos nas fábricas por aprendizes, isto é, da «substituição de mão-de-obra especializada por operários sem preparação», com a consequente baixa de salários e perda de qualidade (*id.*, 375). Trata-se portanto mais de um conflito interno entre oficiais e aprendizes (no contexto de uma nova realidade fabril que prima pela ausência da tradicional diferenciação corporativa) do que de um real conflito entre operários e capitalistas.
07. Sobre a definição de orientações de política económica ao longo do século dezanove em Portugal, veja-se o interessante ensaio de Jorge Borges de Macedo (1992).
08. Apesar de Silva Lisboa se esforçar por precisar melhor as várias acepções em que se podia tomar o conceito de indústria (*cf.*, 1993, II:164-72), acaba porém também por aceitar que «indústria propriamente dita significa a energia do ânimo e constância dos homens nas tarefas da sociedade; isto é, a diligência e a actividade de qualquer pessoa em adquirir os bens da vida, fazer alguma obra, ou prosseguir algum projecto, com intensidade e perseverança, não desanimando com os riscos, e sinistros, antes redobrando os esforços nos maus sucessos, repetindo as tentativas, e sustentando o que se diz espírito de empresa, na esperança de boa fortuna» (*id.*, 166).
09. Para uma compreensão da variante fiscal do protecçãoismo português e do modo como ela se funda sobre as pressões de interesses vários públicos e privados, ver Bonifácio (1991: 119-77), e Justino (1988).
10. *Cf.* Acúrsio das Neves, s/d, vol. 3: 129-30, 150-51, 355-402; vol. 4: 94-5, 138-139.
11. As dificuldades e os obstáculos colocados no plano do fomento da maquinafactura são claramente perceptíveis no espólio da Junta do Comércio. A este respeito pode ver-se, a título de exemplo, os documentos publicados no IV volume das *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, 511-61.

12. A insistência sobre a necessidade de promover o ensino agrícola estava, porém, longe de ser pacífica, como se pode ver no seguinte comentário de Borges Carneiro: «a decadência da agricultura procede da ignorância dos lavradores; estabeleçam-se escolas de agricultura, haja códigos rurais ensine-se a natureza dos terrenos e os tempos das sementeiras. Tudo isto vaidades!» (cf. *Discursos...*, 1878, I: 34-42).
13. Sobre as desvantagens da indústria portuguesa de finais do século XIX, em matéria de instrução e formação técnica, ver Jaime Reis (1987: 24-5).
14. Cf. Borges 1839: 34, 100, 296, 307, 339; 1995: 187-90, 194-7.
15. A análise que aqui procuramos fazer é largamente tributária do trabalho de Augusto Santos Silva, muito em particular dos ensaios integrados nas duas primeiras partes: «Formar a nação: representações de intelectuais» e «Oliveira Martins» (1977: 1-111).
16. Almeida Garrett, citado em Silva (1997: 14 n.º 12).
17. Cf. a série de artigos dedicada aos interesses industriais (Marreca, 1983, II: 37-158).
18. Um bom exemplo desta atitude de mudança pode ser encontrado na defesa que Augusto Fuschini (1887: 78) faz do «oportunismo» na economia política: «não há hoje homem de estado, para mim desse nome merecedor, que não encare os problemas sociais, e sobretudo os económicos, sob o ponto de vista de um sábio oportunismo de tempo e de doutrina».
19. Além dos estudos anteriormente referidos, ver também sobre este tema Catroga 1991-b.
20. Note-se de passagem, que é por volta dos finais do século dezanove que se verificam alguns desenvolvimentos disciplinares (caso da psicologia com Wilhelm Wundt e da psicologia industrial com Hugo Münsterberg) que permitem à gestão lidar de uma forma mais científica com a questão social. A este respeito, confrontar Wren (1994).
21. Sobre este assunto, ver Almodovar (1997).
22. A este nível é exemplar a actuação de António da Silva Pereira Magalhães, e o seu combate sem tréguas ao livre-cambismo (cf. Magalhães 1884, 1892).
23. De facto, julgamos que se trata de uma conjugação de influências que, apesar de poderem assumir uma configuração mais nítida no interior da ideologia republicana, de forma alguma se limitam a esse movimento.